

CORREIO DE
CAMPINASPOR
RAQUEL VALLI

ÁLVARO JR./ CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS



Presidente Haddad com a palavra durante a sessão

CP afasta tese de prova ilícita e mantém investigação contra Vini

A comissão processante (CP) para investigar o vereador Vini Oliveira (Cidadania-SP) vai prosseguir com os trabalhos sobre a conduta do parlamentar. O relator do colegiado, vereador Otto Alejandro (PL-SP), justifica que os indícios apontados pela denúncia exigem o aprofundamento das investigações. Já a defesa, pediu a anulação do caso com base na teoria da árvore envenenada, um conceito jurídico que determina que uma prova obtida de forma ilegal (a árvore podre) contamina e anula todas as outras provas que nascerem dela (os frutos). Mas, Alejandro lembra que essa regra do direito penal não se aplica ao processo político-administrativo, pois o Decreto-Lei 201/1967 serve para apurar a quebra de decoro e a responsabilidade política, e não crimes.

Reunião na Smile

Segundo o relator, a saída de Vini com um malote suspeito de uma viação que compõe um consórcio vencedor da licitação do transporte público municipal precisa de esclarecimento, de modo que a forma como terceiros conseguiram a gravação não invalida a apuração a respeito da conduta ética. O parecer afasta a alegação de inépcia, ou seja, de que a denúncia seria falha, argumentando que o fato, flagrante, é que Vini se reuniu com executivo na empresa licitada e retirou o malote.

ÁLVARO JR./ CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS



Conti na reunião que informou a continuidade da CP

Conteúdo do malote

Além disso, o relator aponta que o relatório pericial, apresentado pela defesa, é unilateral, feito apenas a pedido dos defensores, e que a ausência de dinheiro visível nas imagens do vídeo editado não quer dizer que o conteúdo do malote seja lícito. Já Oliveira, sustenta que o malote continha documentos passados pela empresa, que posteriormente foram enviados ao Ministério Público em uma denúncia.

Produção de provas

O presidente da CP vereador Paulo Haddad (PSD-SP) pontua que “uma vez definida a continuidade, a Comissão Processante agora iniciará a fase de instrução probatória”. Para a vereadora Mariana Conti (PSol-SP), que entrou com o pedido de abertura da CP, a continuidade dos trabalhos “é uma vitória para a população de Campinas”.

PINGA-FOGO

Polis inclusiva

A modernização da mobilidade urbana exige medidas que unam a eficiência tecnológica à ética da inclusão, garantindo a dignidade aos prestadores de serviço e aos usuários. Exemplo é o projeto de lei complementar do vereador Nick Schneider (PL), que cria o Programa Municipal Táxi Seguro e Inclusivo.

Nova Atlântida

A proposição resgata o compromisso com o bem-estar coletivo ao prever o incentivo direto a tecnologias de monitoramento, rastreamento e dispositivos de alerta de emergência. Tais ferramentas salvaguardam a integridade física de motoristas e passageiros nas vias públicas, um avanço legislativo irretocável que merece reconhecimento.

Humanização

E o grande mérito da proposta reside na qualificação profissional com foco na alteridade. O estímulo à capacitação dos taxistas em Libras, primeiros socorros e no acolhimento de idosos, pessoas com deficiência e com Transtorno do Espectro Autista (TEA) eleva o padrão do transporte, ao humanizá-lo.

Ética Nicômaco

O amparo normativo estende-se à preservação econômica e operacional de profissionais que enfrentam a concorrência desregulada e os riscos inerentes ao ambiente urbano. Ao estruturar salvaguardas institucionais, a proposta de Schneider atua diretamente na redução da vulnerabilidade laboral desses condutores.

Trigo no joio

O mérito da peça reside na consolidação de um ecossistema viário solidário, e a harmonia entre inovação digital e dever cívico serve inclusive de modelo a outros projetos de lei, em uma Casa onde inutilidades são infelizmente propostas copiosamente, para horror daqueles que acompanham o Legislativo.

Reconhecimento

A criação do Selo Táxi Seguro e Inclusivo coroa a iniciativa com um mecanismo meritocrático eficaz. A certificação proposta premia o cumprimento normativo e fomenta uma cultura de excelência e valorização da categoria, que opera diariamente sob condições desafiadoras - para se dizer o mínimo, prezados senhores.



Major Jaime, na tribuna do Legislativo campineiro, quando era vereador

Abaixo-assinado pede Atividade Delegada para reforçar segurança

Para implementação em Campinas seriam necessários cerca de R\$ 3 mi

Por Raquel Valli

Um abaixo-assinado que está circulando nas redes sociais pede a implementação da Atividade Delegada em Campinas. Solicita à prefeitura providências para a implantação do convênio entre o Estado e o município, permitindo aos PMs trabalharem nos dias de folga, de forma voluntária, inscrevendo-se para a atividade e sendo remunerados pela prefeitura.

A iniciativa já é realidade em mais de 200 municípios paulistas, tendo como exemplos a aplicação do efetivo no controle da cracolândia e no reforço na área comercial da região da 25 de março, na capital. A atividade permite que o agente escolha o dia e horário de trabalho, respeitando um limite de horas específico, a fim de não trabalhar diretamente sem o descanso adequado. Atualmente, policiais de Campinas se deslocam até a capital para atuar no projeto, reforçando o orçamento doméstico, mas poderiam ser mais bem aproveitados no próprio município, uma vez que conhecem a cidade, segundo a solicitação coletiva.

O especialista em segurança pública Major Jaime, policial militar da reserva e ex-vereador de Campinas,

defende a medida. “O que a gente vê na rua é policial fardado, armado, equipado, na viatura ou no policiamento a pé. E isso também pode ser feito com os bombeiros, para atividades de resgate, e no apoio à fiscalização em situações ambientais do município”, afirma, evocando o profissionalismo oferecido pela Atividade. “Quando estive na Câmara, batalhei bastante (pelo projeto). Mas, infelizmente, nós não conseguimos. E eu falo que isso é devido a decisões políticas.

“Campinas tem hoje um orçamento de R\$ 11,7 bilhões, mas o que é destinado para a segurança pública são R\$ 180 milhões”, informa. O oficial estima ainda que, para que a atividade seja efetivada na cidade, seria necessário cerca de R\$ 3 mi, reforçando que a realização “depende de decisão política”. Conclui que o orçamento comporta o projeto e que “o custo é baixo perto do benefício”.

O OUTRO LADO

O **Correio da Manhã** entrou em contato com a prefeitura para obter o posicionamento do Poder Executivo municipal a respeito. Aguarda a resposta, caso o Palácio dos Jequitibás deseje manifestar-se.